

ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos
e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1.º Ciclo do Ensino Básico

Relatório Intercalar de Acompanhamento

(Reportado a Dezembro de 2006)

Índice geral

APRESENTAÇÃO	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
CONCLUSÕES	5
RECOMENDAÇÕES	8
1. NOTA METODOLÓGICA	4
2. PRINCIPAIS INDICADORES DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA	15
2.1. ESTABELECIMENTOS COM ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	15
2.2. ALUNOS ABRANGIDOS PELAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	18
2.3. PROFESSORES DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	21
2.4. FLEXIBILIZAÇÃO DO HORÁRIO CURRICULAR	21
2.5. ENTIDADES PROMOTORAS DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	22
2.6. ENTIDADES PARCEIRAS DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	25
3. ACOMPANHAMENTO GLOBAL DO PROGRAMA	26
3.1. CARACTERIZAÇÃO DAS TURMAS	26
3.2. PERFIL DOS PROFESSORES	27
3.3. RECURSOS FÍSICOS UTILIZADOS	28
3.4. COMPONENTE PEDAGÓGICA	29
3.5. ARTICULAÇÃO CURRICULAR	32
3.6. SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	33
3.7. ASPECTOS ESTRUTURAIS DO DESENVOLVIMENTO DAS AEC	34
4. ANEXOS	36
ANEXO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SEGUNDO O TIPO DE ENTIDADE PARCEIRA, POR DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO E ACTIVIDADE	36
ANEXO 2 – ENTIDADES PROMOTORAS DAS AEC	38
ANEXO 3 – ENTIDADES PARCEIRAS DAS AEC	39

Índice de Quadros

Quadro 1 – Visitas de acompanhamento realizadas em Novembro e Dezembro de 2006	12
Quadro 2 – N.º de questionários aplicados aos professores	12
Quadro 3 – Estabelecimentos com actividades de enriquecimento curricular, por actividade	15
Quadro 4 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, por Direcção Regional de Educação	16
Quadro 5 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação	16
Quadro 6 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação, em 2005/06 e 2006/2007	16
Quadro 7 – Estabelecimentos com Ensino da Música, por Direcção Regional de Educação	17
Quadro 8 – Estabelecimentos com Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação	17
Quadro 9 – Estabelecimentos com actividades de Apoio ao Estudo, por Direcção Regional de Educação	18
Quadro 10 – Alunos do 1.º ciclo com actividades de enriquecimento curricular, por actividade	18
Quadro 11 – Alunos abrangidos pelo Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, por Direcção Regional de Educação	19
Quadro 12 – Alunos abrangidos pelo Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação	19
Quadro 13 – Alunos abrangidos pelo Ensino da Música, por Direcção Regional de Educação	20
Quadro 14 – Alunos abrangidos pela Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação	20
Quadro 15 – Alunos abrangidos pelas actividades de Apoio ao Estudo, por Direcção Regional de Educação	21
Quadro 16 – Professores das actividades de enriquecimento curricular, por Direcção Regional de Educação	21
Quadro 17 – Professores titulares de turma com flexibilização de horário curricular	22
Quadro 18 – Distribuição das unidades orgânicas, segundo o tipo de entidade promotora	22
Quadro 19 – Distribuição das unidades orgânicas, segundo o tipo de entidade promotora, por Direcção Regional de Educação	23
Quadro 20 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade promotora	23
Quadro 21 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade promotora, por Direcção Regional de Educação	24
Quadro 22 – Estabelecimentos com entidade parceira, por actividade	25
Quadro 23 – N.º de alunos por ano de escolaridade abrangidos pelas visitas de acompanhamento	26
Quadro 24 – N.º de alunos de Apoio ao Estudo abrangidos nas visitas de acompanhamento, por ano de escolaridade	26
Quadro 25 – N.º de Alunos envolvidos nas visitas de acompanhamento	26
Quadro 26 – Idades dos Professores das AEC	27
Quadro 27 – Instrumentos de avaliação usados pelos Professores das AEC	30
Quadro 28 – Divulgação da avaliação dos alunos	31
Quadro 29 – Impressões dos peritos sobre as potencialidades da acção pedagógica desenvolvidas nas AEC	31
Quadro 30 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma	32
Quadro 31 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os Departamentos Curriculares	33
Quadro A 1 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação	36
Quadro A2 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Inglês 3.º e 4.º anos	36
Quadro A3 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Inglês 3.º e 4.º anos	36
Quadro A4 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Ensino da Música	36
Quadro A5 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Ensino da Música	37
Quadro A6 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Actividade Física e Desportiva	37
Quadro A7 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Actividade Física e Desportiva	37

Apresentação

O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular – que, apesar da sua recente implementação, já se popularizou sob a designação de AEC –, foi criado pelo Despacho da Ministra da Educação n.º 12.591, de 16 de Junho de 2006 e surge na sequência da experiência obtida no ano lectivo de 2005/2006 com o Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos de escolaridade. Este Programa insere-se na prioridade dada pelo Governo à melhoria das condições de ensino e aprendizagem no 1.º ciclo do ensino básico.

Este objectivo passa pela concretização de um conjunto vasto de medidas, que vão da intervenção sobre a rede escolar à formação de docentes e à definição das competências a desenvolver em cada área curricular, passando pela definição dos tempos lectivos mínimos a afectar à língua portuguesa, à matemática, ao estudo do meio e às diversas expressões. As AEC pretendem cumprir o duplo objectivo de garantir, no espaço da escola a todos os alunos de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo e das aprendizagens, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e o fornecimento de respostas úteis no domínio do apoio às famílias.

O esforço exigido às escolas e aos seus profissionais, às autarquias e aos restantes parceiros na promoção da AEC cresceu, naturalmente, com a extensão da experiência do ano lectivo anterior para este novo Programa, mais complexo e exigente. Por essa razão, também o acompanhamento das AEC viu o seu papel reforçado. O presente relatório, produzido pela Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP), constitui uma das expressões desse reforço.

Do relatório consta um sumário executivo onde se encontram plasmadas as principais conclusões e recomendações do trabalho intenso de acompanhamento e avaliação do Programa. No primeiro capítulo, encontram-se os dados de execução geral das AEC, e no segundo são analisados os resultados aprofundados obtidos no âmbito de visitas de acompanhamento a uma amostra de 16% das entidades promotoras, cuja metodologia é apresentada em capítulo próprio. Essas visitas foram realizadas por representantes do Ministério da Educação – Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e Direcções Regionais de Educação –, bem como por peritos pertencentes aos parceiros representados na CAP, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), a Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), a Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM), o Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) e a Sociedade Portuguesa de Educação Física (APEF).

Os encarregados de educação, os profissionais da educação, as escolas, as autarquias, o Ministério da Educação, bem como outras entidades implicadas no processo educativo e os cidadãos em geral encontrarão neste relatório a informação que lhes permitirá apreciar os esforços desenvolvidos e, a partir de um trabalho profundo, cientificamente rigoroso e tão objectivo quanto o torna possível a pluralidade de agentes envolvidos na sua produção, avaliar o impacte que o Programa está já a produzir no sentido de criar nas escolas públicas um espaço de educação, ensino e aprendizagem mais alargado e de melhor qualidade.

Sumário Executivo

Conclusões

1. Até ao ano de 2004/2005 apenas cerca de um quarto das crianças que frequentavam o 1.º ciclo do ensino básico podia beneficiar, mediante o recurso a entidades privadas e ao esforço financeiro das famílias, de um conjunto de actividades que, terminado o período de aulas curriculares, enriqueciam a sua aprendizagem e asseguravam um acompanhamento educativo de qualidade variável. Os restantes três quartos encontravam-se nas mais diversas condições, todas partilhando a ausência de acesso à educação e à aprendizagem durante todo o tempo em que não estavam na escola.

No ano lectivo de 2005/2006, cerca de 76% do total das escolas do 1.º ciclo alargou o seu horário de funcionamento. Destas, 31% tiveram prolongamento de horário em todos os dias da semana; em 45% das escolas o prolongamento ocorreu em alguns dos dias. Isto em resultado da instituição do Ensino do Inglês como actividade de enriquecimento curricular, que cobriu a quase totalidade dos alunos que frequentavam os 3.º e 4.º anos de escolaridade.

2. No presente ano lectivo, 98,9% dos estabelecimentos oferecem gratuitamente ensino do Inglês nos 3º e 4º anos.

São 42,8% os que oferecem Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, 85,0%¹ ensino de música, 94,3% Actividade Física e Desportiva e 98,6% Apoio ao Estudo.

São 88,8% os alunos matriculados nessas escolas que frequentam a actividade inglês nos 3º e 4º anos; 30, 5% frequentam inglês nos 1º e 2º anos; 65,3% frequentam o ensino de música; 75,6% a Actividade Física e Desportiva; 81,1% o Apoio ao Estudo.

Tendo em conta que muitos dos poucos restantes alunos prosseguem actividades em instituições privadas, pode-se afirmar que se produziu uma mudança de fundo na situação verificada há apenas dois anos atrás, dadas as elevadas taxas de adesão, tanto das escolas e dos seus parceiros promotores de projectos, como dos alunos.

3. As Câmaras Municipais reforçaram o seu empenhamento através do desempenho do papel de parceiros educativos centrais, representando 89 % das entidades promotoras (apenas 15 municípios, em todo o país, não o são). São muitos os casos em que o esforço vai para além da organização formal das actividades, passando pelo reforço do esforço próprio das autarquias no campo da educação, estimulado pelo efeito de alavancagem produzido pelo Programa. Outras entidades promotoras são Agrupamentos de Escolas (4,1%), Associações de Pais (4,6%) e IPSS (2,3%).

Salienta-se ainda a forte adesão de várias entidades parceiras (institutos de línguas, escolas de música, associações desportivas, empresas, instituições de educação e formação, IPSS, associações culturais,

¹ A falta de profissionais com as habilitações exigidas explica a razão por que esta actividade se encontra um pouco abaixo das restantes (obrigando à substituição por outra actividade), pese embora a prevalência de uma proporção muito significativa desta oferta.

recreativas ou humanitárias, associações de pais e outras), que actuam, por exemplo, em 42,1% dos casos no Inglês do 3.º e 4.º anos, 48,2% na música² e 37,9% na Actividade Física e Desportiva.

Pode considerar-se uma regularidade verificada na implementação do Programa o facto de terem resultado de forma eficaz as soluções que passaram pela incorporação de serviços que já funcionavam anteriormente – por exemplo, promovidos por associações de pais ou por IPSS – nos projectos do novo Programa. Pelo contrário, foram sentidas dificuldades em alguns dos projectos em que se seguiu uma lógica de substituição daqueles serviços.

4. As AEC foram assumidas pelas escolas e pelos professores titulares de turma (22.220 em todo o país) – apesar de existirem aspectos a melhorar neste domínio, como veremos adiante. Apenas 25,2% deles recorreram à figura da flexibilização de horário,³ em muitos casos com vista a permitir uma oferta capaz de acolher uma maior adesão dos alunos. Note-se que estes professores, na esmagadora maioria pertencentes ao Quadro de Escola, são os que asseguram a actividade de Apoio ao Estudo. Trata-se em grande parte de professores experientes.
5. Já os docentes das restantes AEC, mais jovens, encontram-se, na maioria dos casos, em situação de contrato de prestação de serviços com as entidades promotoras ou com as entidades parceiras prestadoras de serviços. Embora a maior parte – com a música a contribuir para baixar a proporção – se trate de docentes com licenciatura e qualificação para a docência, espera-se que o prolongamento da experiência nos próximos anos constitua um benefício para a qualidade da docência. Por outro lado, como demonstrou a experiência acumulada no ano transacto, a formação de docentes de Inglês, utilizando o modelo de formação a distância, contribui para a qualificação do ensino.
6. Existindo situações em que a viabilização das AEC passou pela junção de turmas, a situação corrente é a da correspondência entre as turmas do Programa e as turmas do currículo obrigatório.
7. Um programa com a dimensão e a complexidade das AEC no 1.º ciclo implicou um conjunto de mudanças realizadas num período relativamente curto de tempo. Por essa razão, como foi já afirmado, sendo positivo o balanço que se pode fazer neste momento e sendo inúmeros os casos de práticas inovadoras, imaginativas e de grande qualidade, também não deixam de se manifestar algumas dificuldades que importa considerar com vista à superação tão rápida quanto possível.
8. Uma parte dessas dificuldades liga-se a aspectos como a compatibilização de horários de docentes e alunos, a organização das deslocações destes últimos quando os espaços a tal obrigam, o acesso a salas e espaços adequados para a organização das actividades, a contratação de docentes, a escassez de pessoal auxiliar existente em determinadas escolas (situação que muitos agrupamentos resolveram olhando para os funcionários não na perspectiva de cada escola isolada, mas na do conjunto do agrupamento, e que noutros casos encontraram solução por via de um esforço acrescido por parte das Câmaras Municipais).⁴
9. Também a constituição de parcerias, uma das dimensões simultaneamente mais inovadoras e mais complexas da montagem dos projectos, se apresentou como um factor crítico das AEC. Tendo-se

² Como se recomendava no Despacho Ministerial, foi nesta actividade que se verificou maior adesão de entidades parceiras.

³ As AEC concentraram-se, assim, no período considerado de forma geral mais adequado.

⁴ Os acordos de colaboração assinados entre os promotores e os Agrupamentos e Escolas não Agrupadas devem prever o modo como se rentabilizam e são alocados os recursos, de diversa natureza, disponíveis para o Programa.

identificado um conjunto vasto de soluções imaginativas e eficientes, que podem ser consideradas boas práticas a seguir nos casos, actualmente relativamente raros, em que ainda persistem dificuldades.

10. Um dos impactes dessas dificuldades foi o arranque tardio das AEC em algumas escolas ou a opção por soluções organizativas nem sempre aconselháveis. Trata-se, porém, de uma clara minoria, contrastante com os casos de evidente qualidade que se podem detectar, muitos deles recorrendo a soluções diferenciadas e bem adaptadas a cada contexto concreto.
11. Um bom indicador do tipo de soluções que levam os casos de boas práticas a superar largamente os de menor êxito consiste na diversidade dos recursos utilizados, quer ao nível dos espaços (salas de aula para o Ensino da Música, do Inglês e do Apoio ao Estudo, bibliotecas, refeitórios e outros espaços no interior e no exterior da escola), quer dos equipamentos e materiais adequados às diferentes AEC (bolas, colchões e arcos, leitor/gravador de CD e instrumentos musicais). Os espaços físicos pertencem quase sempre aos agrupamentos, embora sejam também abundantes os casos de utilização de recursos de entidades parceiras. A Actividade Física e Desportiva e o Ensino da Música, em função da idade do parque escolar ou do regime de horário duplo, são as actividades que maiores dificuldades encontraram no campo dos espaços utilizados. A nota mais saliente da avaliação efectuada, porém, reside no facto de a capacidade de encontrar as condições físicas e materiais adequadas revelar-se muitas vezes mais dependente do dinamismo dos projectos e das respectivas parcerias do que das condições objectivas de partida.
12. Na componente pedagógica é de salientar a diversidade de estratégias, num quadro em que uma maioria de 92% dos docentes inquiridos afirma conhecer o conteúdo das orientações programáticas de cada uma das actividades. Também aqui se manifesta um sentido de inovação, por exemplo no facto dos professores recorrerem maioritariamente a materiais pedagógicos já existentes ou produzidos pelos próprios, em certos casos – em particular no inglês – fazendo os alunos participar nessa produção. O registo de sumários é prática corrente.
13. Os peritos que observaram as actividades no seu decurso pronunciaram-se de forma positiva sobre as metodologias e estratégias pedagógicas utilizadas. Existem, porém, aspectos críticos a corrigir, como a escassez ou inadequação de recursos materiais e a articulação curricular.
14. A este propósito salienta-se que a articulação entre os docentes das AEC e os professores titulares de turma se faz essencialmente por via da partilha de informação sobre os alunos. Há contudo ainda muito trabalho a fazer, dado que cerca de metade destes professores afirmam desconhecer as orientações programáticas das AEC. Por outro lado, parece existir pouca programação conjunta de actividades pedagógicas e pouca reflexão conjunta sobre as competências a desenvolver. As metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem ou a construção de materiais e instrumentos de avaliação são outras matérias a desenvolver. A articulação vertical dos docentes das AEC com os departamentos curriculares específicos é também ainda muito reduzida.
15. Cerca de metade dos professores titulares de turma afirma ter recebido orientações sobre o exercício da supervisão das AEC, o que se verificou, de facto, também em metade dos casos observados.
16. A avaliação dos alunos é realizada numa perspectiva formativa, com recurso a instrumentos como as grelhas de observação, as listas de verificação, as fichas de avaliação, os portefólios – instrumento que

importa considerar para utilização futura alargada na avaliação da Actividade Física e Desportiva – ou outras metodologias.

17. A metodologia adoptada no acompanhamento e monitorização das AEC, incluindo a utilização de dados administrativos, visitas às escolas que permitem por um lado obter informação aprofundada e por outro promover debates de muito interesse entre todos os agentes implicados para o progresso das próprias actividades, acompanhamento e apoio particular nas escolas que revelam maiores dificuldades, participação dos parceiros do Programa, nalguns casos incluindo iniciativas próprias, são mecanismos que se revelaram globalmente adequados e enriquecedores. O processo deve ser prosseguido no próximo ciclo de visitas de acompanhamento, de modo a aferir o progresso do programa.

Recomendações

As recomendações que se seguem dividem-se em dois grupos. O primeiro (até ao ponto 12) é relativo a questões de organização e de implementação, e o segundo a questões de âmbito qualitativo e pedagógico.

1. A CAP recomenda que seja dada uma atenção particular à valorização da função docente nas AEC, o que passa pela definição de regras relativas à remuneração, nomeadamente a fixação de um valor mínimo por hora, calculado a partir do valor atribuído aos professores contratados, com base no índice 126 quando possuam habilitação igual à licenciatura, ou índice 89 nos restantes casos.
2. De um modo geral, recomenda-se uma maior implicação do professor titular de turma ao nível da supervisão, nomeadamente em aspectos relacionados com a sensibilização dos encarregados de educação e com os mecanismos de comunicação subjacentes.
3. É também necessária uma maior responsabilização do agrupamento de escolas ou escola não agrupada no domínio dos aspectos dinâmicos do Programa, em particular na respectiva integração na cultura organizacional e no projecto escolar do Agrupamento (inclusão nos projectos educativos e curriculares de escola/turma); na criação de mecanismos de comunicação e articulação entre o professor titular de turma e os professores das AEC e entre estes e os professores do 2.º ciclo; e ainda no que respeita à articulação vertical entre os docentes das AEC e os Departamentos respectivos.
4. Apesar do esforço acrescido nas dimensões pedagógicas, continua a ser de grande importância o reforço do apoio às entidades promotoras que tenham revelado maiores dificuldades na implementação do Programa. É recomendado, nomeadamente, a procura de soluções que passem por um maior envolvimento dos agrupamentos de escolas ao nível do recrutamento e da gestão dos professores, bem como ao nível da participação na elaboração de horários e organização de actividades. As boas práticas nestes e noutros domínios devem ser difundidas.
5. Estando definidos os perfis dos professores em termos de habilitações, importa definir o “perfil pedagógico” a ser exigido aos professores ou aos candidatos a professores das AEC.
6. Quanto à formação contínua recomenda-se que a abordagem seguida no caso do Ensino do Inglês seja estendida aos outros docentes, nomeadamente os do Ensino da Música e os da Actividade Física e

Desportiva. A componente presencial das acções de formação a distância deverá, no entanto, ser reforçada nas actividades, como o Ensino da Música e a Actividade Física e Desportiva, em que tecnicamente isso é recomendável.

7. Embora os parceiros das AEC sejam actores decisivos para o sucesso dos projectos, devem ser identificadas e corrigidas todas as situações em que a interposição de parceiros entre os promotores e as escolas não acrescenta valor, mas, pelo contrário, consome recursos que devem ser destinados à acção com os alunos.
8. Tendo em conta a constatação de situações de carência de materiais e didácticos para uso dos professores e alunos das AEC, em particular nalgumas actividades de que se destaca o ensino da música, recomenda-se o maior empenhamento e responsabilização das entidades promotoras na sua aquisição e controlo de qualidade, em integração com as estruturas de articulação curricular das escolas ou agrupamentos de escolas.
9. Nos próximos anos, com a experiência adquirida e a melhoria dos recursos materiais e logísticos, recomenda-se que as AEC sejam preparadas para começarem ao mesmo tempo que as actividades do currículo obrigatório, no início do ano lectivo, com qualidade mais uniforme por via da abordagem específica aos casos que apresentam piores condições ou maiores dificuldades.
10. A CAP propõe-se realizar um estudo de avaliação comparada da eficiência na utilização dos recursos financeiros das AEC que permita uma distinção mais precisa entre as diferentes situações encontradas no terreno, tendo em conta o investimento feito anteriormente pelos Municípios e os custos efectivos do Programa aferidos pelos modelos de implementação do mesmo.
11. A CAP recomenda que nos casos em que a actividade Ensino da Música tenha sido substituída por outra actividade por manifesta impossibilidade de contratar professores de música com as habilitações exigidas o valor do financiamento se mantenha em 250 € aluno/ano.
12. A CAP propõe que nos casos em que se verifique uma redução do número de alunos a frequentar as actividades ao longo do ano lectivo, as entidades promotoras e respectivas direcções regionais de educação analisem em conjunto cada situação concreta de forma a encontrarem a melhor solução, tendo em vista a viabilidade da (s) actividade (s) em causa.
13. Considerando que no primeiro período do presente ano lectivo o essencial dos esforços dirigiu-se à organização das actividades e à produção de ajustamentos e adaptações que uma mudança tão profunda acarreta, afigura-se agora prioritário conferir maior atenção às questões de ordem pedagógica, nomeadamente no acompanhamento das AEC, de modo a assegurar a respectiva qualidade. No que respeita ao método de acompanhamento do Programa, também os aspectos qualitativos e pedagógicos deverão ser reforçados.
14. A CAP recomenda que se contemple, para além das técnicas de recolha de dados já usadas nas visitas de acompanhamento, a construção e utilização de outros instrumentos ou mecanismos que permitam a observação do tipo e quantidade de recursos e materiais já utilizados, da forma como se planificam as actividades, como são preenchidos e usados os sumários, entre outros aspectos. Deve-se contemplar ainda a possibilidade de aprofundar e explorar as principais especificidades de cada uma das AEC.
15. Deve ser reforçada a observação e avaliação da articulação curricular horizontal e vertical.

16. Nas próximas rondas de visitas, é importante prestar uma atenção especial ao tipo de parceiros que intervêm no Programa, aos seus contributos e ao papel desempenhado, à integração de respostas anteriormente existentes e ao modo como são utilizados os recursos financeiros.
17. Dado que as “Outras Actividades” adquiriram uma expressão relevante, devem ser contemplados instrumentos específicos para a observação das mesmas (quer durante as visitas – que deverão incluir escolas com um perfil de oferta que as inclua –, quer por via da recolha de informação estatísticas), perceber a razão da escolha pelas entidades promotoras e caracterizar os respectivos professores.
18. Deve proceder-se ao levantamento estatístico das situações referentes ao regime de funcionamento dos estabelecimentos de ensino (duplo/normal): alunos e professores envolvidos, problemas existentes e soluções encontradas.
19. Na próxima ronda de visitas, devem ser incluídos, nos instrumentos de recolha de informação estatística, a componente de apoio à família, e em particular as situações de articulação entre as AEC e as designadas “pontas” dos horários.
20. A CAP recomenda ainda que se prepare, para utilização no final do ano lectivo, um conjunto de instrumentos que permita verificar a avaliação feita pelos diversos agentes envolvidos, nomeadamente autarcas, agrupamentos, entidades parceiras, professores titulares, professores das AEC e pais.

1. Nota Metodológica

A informação de base em que assenta a construção do presente relatório resulta, por um lado, do levantamento de dados junto do universo das escolas com 1.º ciclo do ensino básico, no qual se baseia o conteúdo do capítulo 2 deste relatório e, por outro lado, dos dados recolhidas no contexto de visitas de acompanhamento, com vista ao aprofundamento da informação, tratada no capítulo 3.

O primeiro trabalho referido, realizado pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE), consistiu no apuramento de informação estatística reportada por 5959 escolas do Continente, a partir de um inquérito exaustivo – **Modelo GIASE nº 900 “AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular 2006/2007”** – registado no Instituto Nacional de Estatística (INE) com o n.º 9761.

Este inquérito foi respondido na sua totalidade, nos seguintes termos: 840 sedes de agrupamento (correspondendo a um total de 5935 escolas com 1.º ciclo) e 24 escolas com 1.º ciclo do ensino básico não agrupadas. As entidades estatísticas avaliadas reportam-se à população escolar, aos recursos humanos e às entidades promotoras e parceiras das AEC.

A partir do referido instrumento de notação foi concebido um formulário electrónico, sublinhando-se o facto de todas as escolas terem recorrido a este formato para responder ao inquérito em apreço sobre alunos e estabelecimentos abrangidos pelas AEC (Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, Ensino da Música, Actividade Física e Desportiva e Apoio ao Estudo), professores titulares de turma com flexibilização de horário curricular, assim como entidades promotoras e parceiras das AEC.

O segundo trabalho, no âmbito do dispositivo de acompanhamento e avaliação do Programa de Generalização do Inglês nos 3.º e 4.º Anos e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, visou a recolha de informação sobre o seu funcionamento, particularmente nos domínios pedagógico e organizacional, através de visitas de acompanhamento em contexto escolar durante o 1.º período lectivo.

Por decisão da CAP, em cada Direcção Regional de Educação (DRE), em conformidade com a sua dimensão e abrangência, previa-se a visita a pelo menos 10% das Entidades Promotoras de AEC de entre as quais devem constar, para além das autarquias, Associações de Pais, IPSS e Agrupamentos de Escolas. No Quadro 1, resumem-se os dados quantitativos relativos às visitas de acompanhamento efectuadas por DRE e por entidade promotora no contexto das competências da CAP que acabaram por abranger 16% do total⁵:

⁵ No âmbito do acompanhamento regular e sistemático que as DRE realizam junto das escolas, para além destas, outras visitas foram levadas a cabo que, embora sem a participação dos peritos, de um modo geral, incluíram a participação de vários dos outros intervenientes no enriquecimento curricular (entidades promotoras, professor titular de turma, conselho executivo).

Quadro 1 – Visitas de acompanhamento realizadas em Novembro e Dezembro de 2006

DRE	N.º de visitas realizadas por DRE e Entidade Promotora					Percentagem de visitas em relação ao n.º total de Entidades Promotoras	
	Autarq.	Ass. Pais	IPSS	Agrup	Total	% de visitas	Total de Entidades Promotoras
DREN	15				15	20 %	88
DREC	10	1		1	12	15 %	80
DREL	4	3	1	1	9(a)	9 %	100
DREALE	10(b)			4	14	26 %	54
DREALG	3	1	1		5	28 %	18
Total	42	5	2	6	55	16 %	340

(a) 2 das visitas previstas foram transferidas para o mês de Janeiro de 2007.

(b) Inclui uma Junta de Freguesia.

Para cada entidade promotora foi indicada uma escola ou agrupamento de escolas, que identificou uma turma,⁶ preferencialmente, com as seguintes actividades: Ensino do Inglês; Ensino da Música e Actividade Física e Desportiva (AFD). A recolha de dados efectuou-se junto de cada uma das turmas seleccionadas através das seguintes acções:

1. Observação das actividades de Ensino do Inglês, Ensino da Música e AFD e, caso fosse possível, de outra(s) actividade(s). Esta acção consiste na observação de uma sessão correspondente a cada uma das actividades de enriquecimento curricular identificadas por parte de um elemento da DRE e/ou da DGIDC e de um observador especialista por cada área de actividade.
2. Aplicação de questionários individuais aos professores titular de turma, de Inglês, de Ensino da Música e de AFD. O questionário ao professor titular de turma contempla principalmente dois tópicos: Apoio ao Estudo e supervisão pedagógica, onde se destaca a articulação curricular. Os restantes questionários incidiram no perfil do profissional e da turma, nos recursos utilizados e, principalmente, na componente pedagógica. Na totalidade foram aplicados 203 questionários com a seguinte distribuição:

Quadro 2 – N.º de questionários aplicados aos professores

AEC	Prof Titular de Turma	Inglês		AFD	Ens. Música	Total Questionários
		1.º e 2.º Anos	3.º e 4.º Anos			
N.º Questionários	61	9	43	46	44	203

3. Realização de uma “**mesa-redonda**” na qual se pretendeu promover um diálogo aberto com elementos da comunidade educativa à qual pertence a turma seleccionada. Assim, para além do(s) elemento(s) dos serviços do Ministério da Educação, da CONFAP e dos peritos das áreas (APPI, APEM e CNAPEF/SPEF) participaram, nas mesas-redondas, os seguintes elementos:
 - 1 representante do Conselho Executivo do agrupamento/escola;
 - Representantes do Conselho Pedagógico do agrupamento/escola (departamentos curriculares que enquadrem as línguas estrangeiras, a educação física e a educação musical;

⁶ Trata-se de uma turma representativa das restantes turmas de AEC promovidas pela mesma entidade.

- O coordenador (caso exista) do estabelecimento onde as actividades funcionam;
- O(s) professor(es) titular(es) de turma cujos alunos participam nas AEC;
- 1 representante dos pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam as AEC;
- Os professores das AEC;
- 1 representante da entidade promotora

Os debates foram orientados pelos seguintes “tópicos de discussão”:

a. Aspectos Estruturais:

- Condições físicas dos espaços onde têm lugar as actividades.
- Deslocação geográfica de alunos para frequentarem as actividades.
- Horário de funcionamento das actividades.
- Constituição de Turmas.
- Mobilização de recursos humanos.
- Mobilização de recursos materiais.
- Articulação entre parceiros.
- Modalidades da Componente de Apoio à família.

b. Aspectos Dinâmicos:

- Articulação/integração curricular com os órgãos e estruturas da escola/agrupamento responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do currículo (envolvimento na concepção, desenvolvimento e avaliação dos projectos curriculares de escola/turmas).
- Articulação com os Departamentos Curriculares que integram as línguas estrangeiras, educação física e educação artística), no que diz particularmente respeito às competências e experiências de aprendizagem a desenvolver pelos alunos.
- Articulação com os conselhos de docentes ou professore(s) titular(es) de turma, ao nível da supervisão pedagógica das AEC.
- Envolvimento dos pais e encarregados de educação.
- Envolvimento em eventos promovidos pela escola/agrupamento.

De realçar a importância destas visitas de acompanhamento na medida em que proporcionam o estabelecimento de contacto entre os diferentes actores e a consequente partilha de pontos de vista diferentes permitindo, assim, identificar problemas e potencialidades, encontrar soluções e formas de legitimação de decisões. Evidencia-se, ainda, o carácter pedagógico e formativo dos instrumentos de recolha de dados, na medida em que, aquando da sua aplicação aos professores, permitem e provocam momentos de reflexão e de partilha.

Tendo em linha de conta os critérios de rigor que estão subjacentes a esta nota metodológica pretende apresentar o método de trabalho para a recolha de informação exhaustiva e sistematizada, que implicou o

envolvimento de muitos elementos da administração central e regional da educação, das associações com ligação ao acompanhamento do Programa e, sobretudo, das comunidades educativas locais. É do cruzamento dos diversos pontos de vista que, de forma objectiva, este relatório procura prestar contas. Nesse sentido, foram incluídos, neste relatório os contributos dos diferentes interlocutores, quer através de propostas específicas para a construção e clarificação de pontos específicos abordados no documento, quer através de relatórios internos partilhas pelas associações acima referidas.

2. Principais Indicadores de Execução Física do Programa

2.1. Estabelecimentos com actividades de enriquecimento curricular

Dos 5959 estabelecimentos com 1.º ciclo actualmente em funcionamento no Continente português, 5915 integram alunos dos 1.º e 2.º anos e 5926 alunos dos 3.º e 4.º anos. O número de estabelecimentos e respectiva taxa de cobertura de estabelecimentos com AEC varia em conformidade com a actividade.

Quadro 3 – Estabelecimentos com actividades de enriquecimento curricular, por actividade

AEC	Estabelecimentos	
	N	%
Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos	2534	42,8
Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos	5859	98,9
Ensino da Música	5067	85,0
Actividade Física e Desportiva (AFD)	5622	94,3
Apoio ao Estudo	5874	98,6

Fonte: GIASE, 2007

A análise das taxas de cobertura (relação entre o número de estabelecimentos que se envolveram no Programa e o total de estabelecimentos em funcionamento) permite a constatação de uma muito elevada abrangência ao nível do Apoio ao Estudo, do Inglês (3.º e 4.º anos), como é normal dado o carácter de oferta obrigatória destas actividades e, ainda, da AFD. No que diz respeito ao Ensino da Música, embora a taxa de cobertura continue sendo elevada, a diferença percentual face às actividades anteriores deve-se, sobretudo, à falta de professores habilitados para leccionar a actividade (assunto a retomar mais adiante). No caso do Inglês (1.º e 2.º anos), a taxa de cobertura é expressiva e considerada elevada tendo em conta tratar-se de uma actividade que, para além de constituir oferta não obrigatória, nalguns casos substitui uma das actividades referidas e noutros corresponde a um investimento das entidades promotoras para além do financiamento do Ministério da Educação. De registar que este financiamento prevê apenas a abrangência de três actividades, cujo montante mais elevado por aluno, corresponde ao conjunto que integra o Inglês (3.º e 4.º anos), Ensino da Música e AFD.

Importa ainda esclarecer que o quadro anterior não contempla outras actividades de enriquecimento curricular proporcionadas aos alunos, contextualizadas no Programa, as quais contribuem para uma cobertura ainda mais ampla, já que apenas 25 estabelecimentos com 1.º ciclo do ensino básico (0,4%) não oferecem actividades de enriquecimento curricular.

Ensino do Inglês

Dos 5915 estabelecimentos com alunos matriculados nos 1.º e 2.º anos de escolaridade, 2534 proporcionam o Ensino do Inglês a esses alunos. A sua distribuição por Direcção Regional de Educação é apresentada no quadro seguinte, onde se evidenciam as mais elevadas taxas de cobertura nas áreas de abrangência das Direcções Regionais do Norte e do Alentejo:

Quadro 4 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, por Direcção Regional de Educação

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	1132	49,5
DREC	618	37,7
DREL	524	36,8
DREA	210	54,5
DREAlg	50	27,5
Total	2534	42,8

Fonte: GIASE, 2007

Dos 5926 estabelecimentos com alunos matriculados nos 3.º e 4.º anos de escolaridade, 5859 oferecem o Ensino do Inglês a esses alunos. A sua distribuição por DRE é apresentada no quadro seguinte, que revela elevadas taxas de cobertura em todo o território, apesar de no Algarve se verificar um valor ligeiramente inferior.

Quadro 5 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	2268	99,3
DREC	1634	99,3
DREL	1397	98,2
DREA	385	98,2
DREAlg	175	95,6
Total	5859	98,9

Fonte: GIASE, 2007

De registar que sendo o Ensino do Inglês para os 3.º e 4.º anos uma actividade de oferta obrigatória, verifica-se que as taxas de cobertura não atingem os 100%, como seria de esperar. Ora, as diferenças percentuais explicitadas no quadro, embora residuais, devem-se a factores relacionados com a impossibilidade de oferta em alguns estabelecimentos a funcionar em regime duplo, incapacidade das entidades promotoras para recrutar professores suficientes ou, ainda, ao facto de os alunos de alguns estabelecimentos frequentarem a actividade noutros estabelecimentos do mesmo agrupamento de escolas.

Tratando-se de uma actividade que já teve lugar no ano lectivo anterior (2005/06), importa realçar a evolução das taxas de cobertura ocorrida de um ano para o outro, evidenciando-se a considerável subida percentual nas áreas de abrangência da DREN e da DREL, como se verifica no quadro seguinte:

Quadro 6 – Estabelecimentos com Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação, em 2005/06 e 2006/2007

DRE	Taxa de cobertura (Estabelecimentos)	
	2005/06	2006/07
DREN	94,4	99,3
DREC	99,7	99,3
DREL	93,1	98,2
DREA	98,9	98,2
DREAlg	95,5	95,6
Total	95,8	98,9

Fonte: GIASE, 2007

Ensino da Música

Tendo em conta a justificação anteriormente apresentada e o facto de não ser uma actividade de oferta obrigatória, as taxas de cobertura do Ensino da Música são visivelmente mais baixas que as do Inglês (3.º e 4.º anos), sendo esta diferença mais notória na região algarvia (DREALg). Destaca-se, no entanto, a elevada taxa de cobertura na Região Centro (DREC), a qual parece dever-se em grande medida à existência mais abundante de entidades parceiras com capacidade de oferta de professores habilitados para a actividade, como se pode constatar mais adiante no ponto 2.5.

Quadro 7 – Estabelecimentos com Ensino da Música, por Direcção Regional de Educação

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	1863	81,0
DREC	1505	91,1
DREL	1257	88,0
DREA	309	78,4
DREALg	133	72,3
Total	5067	85,0

Fonte: GIASE, 2007

Actividade Física e Desportiva (AFD)

Tal como o Ensino da Música, a AFD não é uma actividade de oferta obrigatória. No entanto, constata-se que as taxas de cobertura a nível regional são, à excepção da DREL, consideravelmente superiores às daquela actividade, onde se destacam pela aproximação à cobertura total, as regiões Centro e Norte.

Quadro 8 – Estabelecimentos com Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	2208	96,0
DREC	1627	98,5
DREL	1269	88,8
DREA	353	89,6
DREALg	165	89,7
Total	5622	94,3

Fonte: GIASE, 2007

Apoio ao Estudo

Tal como o Ensino do Inglês (3.º e 4.º anos), o Apoio ao Estudo é uma actividade de enriquecimento curricular incluída, obrigatoriamente, nos Planos de Actividades das escolas ou agrupamentos de escolas, que não necessita de parceria com entidades promotoras, nem é objecto de comparticipação financeira e que apresenta taxas de cobertura regional próximas às daquela actividade. A não cobertura total de todos os estabelecimentos existentes, prende-se particularmente com a ausência de instalações adequadas, mesmo que alternativas, em escolas a funcionar em regime duplo e no caso particular das escolas isoladas, devido ao envolvimento dos professores titulares de turma em acções de formação promovidas pelo Ministério da Educação.

Quadro 9 – Estabelecimentos com actividades de Apoio ao Estudo, por Direcção Regional de Educação

DRE	Estabelecimentos	
	N	%
DREN	2272	98,8
DREC	1639	99,2
DREL	1394	97,6
DREA	392	99,5
DREAlg	177	96,2
Total	5874	98,6

Fonte: GIASE, 2007

2.2. Alunos abrangidos pelas actividades de enriquecimento curricular

Dos 419.765 alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico público⁷ no Continente português, 211 010 frequentam os 1.º e 2.º anos e 208 755, os 3.º e 4.º anos. O número de alunos e a respectiva taxa de frequência (percentagem de alunos em relação ao total de alunos matriculados) varia em conformidade com a actividade⁸.

Quadro 10 – Alunos do 1.º ciclo com actividades de enriquecimento curricular, por actividade

AEC	Alunos Abrangidos	
	N	%
Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos	63 988	30,5
Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos	185 230	88,8
Ensino da Música	273 178	65,3
Actividade Física e Desportiva (AFD)	316 127	75,6
Apoio ao Estudo	339 044	81,1

Fonte: GIASE, 2007

A análise do quadro permite constatar a existência de elevadas taxas de frequência das AEC que não têm a expressão das taxas de cobertura dos estabelecimentos, atendendo a que não há uma proporcionalidade directa entre ambas. Isto porque os estabelecimentos de ensino podem não oferecer todas as actividades a todos os alunos (podendo, por exemplo, estabelecer prioridades por anos de escolaridade) e, tratando-se de actividades facultativas para os alunos, os seus encarregados de educação podem optar pela não frequência, ou pela frequência de apenas uma ou mais actividades. Este fenómeno tem maior expressão no Ensino da Música e na AFD.

Ensino do Inglês

Dos 211.010 alunos que frequentam as AEC nos 1.º e 2.º anos, 63.988 estão matriculados no Ensino do Inglês. A sua distribuição pelas áreas de abrangência das direcções regionais de educação permite pôr em evidência a elevada adesão dos alunos na região Norte e no Alentejo, à semelhança do que acontece com as taxas de cobertura dos estabelecimentos (cf. ponto 2.1).

⁷ Estatísticas da Educação – 2006/07 – dados preliminares. (Fonte: GIASE).

⁸ De referir que, no contexto das visitas de acompanhamento realizadas junto das escolas, quer o Apoio ao Estudo quer as restantes AEC são frequentadas por alunos com necessidade educativas especiais de carácter prolongado maioritariamente de nível *cognitivo*, seguido da comunicação, fala e linguagem.

Quadro 11 – Alunos abrangidos pelo Ensino do Inglês nos 1.º e 2.º anos, por Direcção Regional de Educação

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	33015	39,5
DREC	10196	28,7
DREL	16058	22,7
DREA	3628	34,9
DREAlg	1091	11,6
Total	63988	30,5

Fonte: GIASE, 2007

Dos 208.755 alunos matriculados nos 3.º e 4.º anos, 185.230 frequentam o Ensino do Inglês. Apesar da existência de uma oferta da actividade muito próxima da totalidade dos estabelecimentos de ensino, verifica-se, apenas, uma adesão global próxima dos 90%, pelas razões anteriormente apontadas, às quais se acrescem as eventuais opções pela continuidade das crianças em projectos formativos de foro privado, no âmbito do Ensino do Inglês, nomeadamente, em escolas de línguas e centros de actividades de tempos livres (ATL), dispensando a actividade no contexto do enriquecimento curricular.

Quadro 12 – Alunos abrangidos pelo Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos, por Direcção Regional de Educação

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	77320	91,2
DREC	33175	93,2
DREL	58279	84,7
DREA	8934	88,7
DREAlg	7539	81,0
Total	185230	88,8

Fonte: GIASE, 2007

Considera-se, no entanto, que estas taxas de adesão são efectivamente muito elevadas, tendo em conta a ainda curta existência do Programa. Registe-se, no entanto, que apesar de um ligeiro aumento do número de alunos inscritos no Inglês nos 3.º e 4.º anos, a taxa de cobertura manteve-se idêntica à do ano lectivo anterior (2005/06).

Ensino da Música

Apesar da taxa de cobertura dos estabelecimentos que oferecem Ensino da Música ser elevada (85%), a adesão dos alunos situa-se apenas nos 65,3 %. Concorrem para a justificação destes valores os constrangimentos relacionados com o recrutamento de professores qualificados para assegurar esta actividade que, em muitas situações, embora exista nas escolas, não é possível ser proporcionada a todos os alunos, sendo a sua frequência sujeita ao estabelecimento de prioridades. Do quadro que a seguir se apresenta evidencia-se a região Centro, onde estes constrangimentos foram minorados por soluções que passam pela existência, no local, de instituições parceiras com recursos adequados.

Quadro 13 – Alunos abrangidos pelo Ensino da Música, por Direcção Regional de Educação

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	105 722	62,8
DREC	57 291	80,5
DREL	89 755	64,3
DREA	12 716	62,1
DREAlg	7 694	41,0
Total	273 178	65,3

Fonte: GIASE, 2007

Actividade Física e Desportiva

À semelhança da actividade anterior, a discrepância entre a muito elevada oferta da AFD (94,3%) e taxa de frequência, que se situa nos 75,6%, deve-se aos aspectos já apontados anteriormente, evidenciando-se, nalguns casos a carência de instalações suficientes para todos os alunos e, dado o seu carácter facultativo, a opção dos encarregados de educação pela não acumulação da prática já existente de actividades desportivas promovidas localmente com a AFD, no contexto escolar.

Quadro 14 – Alunos abrangidos pela Actividade Física e Desportiva, por Direcção Regional de Educação

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	133 366	79,2
DREC	61 681	86,7
DREL	95 047	68,1
DREA	15 446	75,5
DREAlg	10 587	56,5
Total	316 127	75,6

Fonte: GIASE, 2007

Tal como no Ensino da Música, evidencia-se a área de abrangência da DREC pela elevada adesão à AFD, em relação às restantes regiões.

Apoio ao Estudo

Dos 419.765 alunos matriculados no 1.º ciclo do ensino básico público, 339.044 frequentam o Apoio ao Estudo. Tal como no caso do Inglês (3.º e 4.º anos), apesar da existência de uma oferta da actividade muito próxima da totalidade dos estabelecimentos de ensino, verifica-se, apenas, uma adesão global próxima dos 80%, valores significativamente mais baixos do que os correspondentes àquela actividade, também com carácter de oferta obrigatória. Há, no entanto, a assinalar que esta obrigatoriedade de oferta é extensiva a todos os alunos dos quatro anos de escolaridade, facto que pode ter obrigado os estabelecimentos com falta de espaços adequados, ou estabelecimentos com professores dispensados de assegurarem a actividade (nomeadamente, devido à frequência das acções de formação promovidas pelo Ministério da Educação), a encontrar mecanismos de prioridade e de consequente seriação dos alunos conforme o ano de escolaridade em que se encontram.

Quadro 15 – Alunos abrangidos pelas actividades de Apoio ao Estudo, por Direcção Regional de Educação

DRE	Alunos abrangidos	
	N	%
DREN	143797	85,4
DREC	61596	86,6
DREL	106476	76,3
DREA	16 197	79,1
DREAlg	10 978	58,6
Total	339 044	81,1

Fonte: GIASE, 2007

2.3. Professores das actividades de enriquecimento curricular

Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros (à excepção da actividade de Apoio ao Estudo em que os professores da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas). O seu recrutamento pelas entidades promotoras (directamente, ou através de entidades parceiras) está, no entanto, sujeito a critérios relacionados com um determinado perfil académico exigido para cada actividade, no sentido de elevar o grau de exigência e qualificação necessárias, para este tipo de trabalho. O quadro que se segue mostra o resultado desse recrutamento, isto é, o número de professores envolvidos nas AEC (à excepção de Apoio ao Estudo).

Quadro 16 – Professores das actividades de enriquecimento curricular, por Direcção Regional de Educação

DRE	Ensino do Inglês	Ensino da Música	AFD	Outras actividades	Total
DREN	1400	1168	1658	958	5184
DREC	801	703	912	562	2978
DREL	1058	1125	1213	826	4222
DREA	181	151	212	161	705
DREAlg	111	90	126	45	372
Total	3551	3237	4121	2552	13461

Fonte: Direcções Regionais de Educação

2.4. Flexibilização do horário curricular

De acordo com o Despacho n.º 12 591/06, de 16 de Junho, “os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica”. Trata-se, portanto, de situações de excepção⁹, desencadeadas no sentido fazer face à diversidade de constrangimentos com os quais as entidades promotoras se depararam, em particular os relacionados com o recrutamento e gestão de recursos humanos Para tal, foram

⁹ De referir que no contexto das visitas de acompanhamento realizadas, na esmagadora maioria das situações, o Apoio ao Estudo e as restantes AEC ocorrem no período da tarde entre as 15.30h e as 17.30h – 18.00h.

estabelecidos com algumas escolas ou agrupamentos de escolas processos de flexibilização dos horários, geralmente sujeitos aos seguintes princípios:

- a actividade curricular obrigatória não é interrompida, devendo as AEC ter lugar no início da manhã ou a seguir ao almoço;
- procurar que a situação anterior ocorra, semanalmente, no menor número de dias.

O quadro seguinte mostra que cerca de um quarto dos professores titulares de turma viram os horários das respectivas turmas flexibilizados, fenómeno esse que pode ter contribuído de forma significativa para as elevadas taxas de cobertura e de adesão, a julgar pela aparente relação proporcional entre as taxas de cobertura dos alunos e os índices de flexibilização por Direcção Regional de Educação.

Quadro 17 – Professores titulares de turma com flexibilização de horário curricular

DRE	Total de Professores titulares de turma	Professores titulares de turma com flexibilização de horário	
	N	N	%
DREN	8906	2932	32,9%
DREC	4229	1150	27,2%
DREL	7041	1042	14,8%
DREA	1112	352	31,7%
DREAlg	932	126	13,5%
Total	22220	5602	25,2%

Fonte: GIASE, 2007

2.5. Entidades promotoras de actividades de enriquecimento curricular

Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria com entidades que promovam e assegurem o desenvolvimento de algumas dessas actividades. Em muitas situações tratou-se apenas da formalização de práticas já existentes, o que, tal como se constata nas visitas de acompanhamento realizadas, facilita e favorece os processos de articulação minorando eventuais problemas emergentes. De acordo com o normativo já referido anteriormente, entende-se por “Entidades promotoras” as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro e que são as autarquias locais, as associações de pais e encarregados de educação, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e os agrupamentos de escolas, que à excepção destes últimos, estabelecem protocolos de colaboração com as “unidades orgânicas” de educação e ensino públicas, isto é, os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas.

Quadro 18 – Distribuição das unidades orgânicas, segundo o tipo de entidade promotora

Tipo de Entidade Promotora	Unidades Orgânicas	
	N	%
Autarquias	811	89,0
Agrupamento de Escolas	37	4,1
Associação de Pais	42	4,6
IPSS	21	2,3
Total	911	100,0

Fonte: GIASE, 2007

Como se depreende da leitura do quadro anterior, a promoção de actividades de enriquecimento curricular é, maioritariamente, assegurada por autarquias, sendo este envolvimento mais significativo na zona de abrangência da DREN (onde para além das autarquias há apenas uma IPSS envolvida), seguida da DREC. Os agrupamentos de escolas, enquanto entidades promotoras, têm maior expressão na região do Alentejo e as Associações de Pais e as IPSS na região de Lisboa.

Quadro 19 – Distribuição das unidades orgânicas, segundo o tipo de entidade promotora, por Direcção Regional de Educação¹⁰

DRE	Entidades promotoras							
	Autarquias N=811		Agrupamento de Escolas N=37		Associação de Pais N=42		IPSS N=21	
	N	%	N	%	N	%	N	%
DREN	318	99,7	0	0,0	0	0,0	1	0,3
DREC	172	93,5	4	2,2	1	0,5	7	3,8
DREL	215	75,4	19	6,7	39	13,7	12	4,2
DREA	54	78,3	14	20,3	1	1,4	0	0,0
DREAlg	52	96,3	0	0,0	1	1,9	1	1,9

Fonte: GIASE, 2007

Tendo em conta que o número de estabelecimentos com alunos do 1.º ciclo do ensino básico varia de agrupamento para agrupamento, a taxa de cobertura das AEC, pelas entidades promotoras, altera-se em relação à taxa de cobertura das “unidades orgânicas”, pelo que, no caso das autarquias, sobe globalmente cerca de 4%, assim como em cada uma das DRE, à excepção da DREL.

Quadro 20 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade promotora

Entidades Promotoras	Estabelecimentos de ensino	
	N	%
Autarquia	5610	94,1
Agrupamento	171	2,9
Associação de Pais	85	1,4
IPSS	68	1,1
Não tem AEC	25	0,4
Total	5959	100,0

Fonte: GIASE, 2007

A análise da distribuição dos estabelecimentos de ensino segundo o tipo de entidade promotora revela um padrão que diferencia ligeiramente a DREL, onde é menor a proporção de autarquias e maior a proporção de Agrupamentos de Escolas, de Associações de Pais e de IPSS. Também é maior o número de agrupamentos sem AEC. No Alentejo também se verifica uma menor presença de autarquias, neste caso substituídas pelos Agrupamentos. Em qualquer dos casos a assumpção da responsabilidade de promoção das AEC pelas autarquias apresenta, porém, uma clara predominância (85,4% na área da DREL e 77,4% na área da DREA).

¹⁰ Nota: O número de entidades promotoras é superior ao número de unidades orgânicas, dado que existem unidades orgânicas com mais que uma entidade promotora.

Quadro 21 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade promotora, por Direcção Regional de Educação

DRE	Entidades promotoras									
	Autarquias N=5610		Agrupamento de Escolas N=171		Associação de Pais N=85		IPSS N=68		Não tem AEC N=25	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
DREN	2292	99,7		0,0		0,0	4	0,2	4	0,2
DREC	1611	97,5	16	1,0	1	0,1	20	1,2	4	0,2
DREL	1221	85,4	74	5,2	77	5,4	43	3,0	14	1,0
DREA	305	77,4	81	20,6	6	1,5		0,0	2	0,5
DREAlg	181	98,4		0,0	1	0,5	1	0,5	1	0,5

Fonte: GIASE, 2007

2.6. Entidades parceiras das actividades de enriquecimento curricular

Tendo em consideração o constante do Despacho n.º 12 591/06, de 16 de Junho, “na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS”. Nesta perspectiva, várias entidades promotoras estabeleceram parcerias com diversas entidades para estas assegurarem directamente o desenvolvimento das AEC, sendo esta parceria mais expressiva no caso do Ensino da Música e menos no caso da AFD.

Quadro 22 – Estabelecimentos com entidade parceira, por actividade

AEC	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com entidade parceira	
		N	%
Inglês no 3.º e 4.º anos	5859	2467	42,1
Música	5067	2441	48,2
AFD	5622	2128	37,9

Fonte: GIASE, 2007

Do quadro anterior evidencia-se o facto de, na maioria dos estabelecimentos, as AEC serem asseguradas directamente pelas entidades promotoras, em especial a AFD. No contexto de cada uma das DRE aquela tendência mantém-se, à excepção da DREL onde a maioria das AEC é assegurada directamente por entidades parceiras. Entidades estas que variam em conformidade com a actividade. Assim, no caso do Inglês, predominam, maioritariamente, os institutos de línguas; no Ensino da Música, as escolas de música e na AFD, as associações desportivas, como se pode verificar nos quadros do Anexo 1.

No âmbito das visitas de acompanhamento bem como no quadro da gestão do Programas pelas estruturas do Ministério da Educação e das instituições que com ele cooperam neste Programa, foram identificadas áreas de preocupação relativas ao tipo de contributo dos parceiros. O papel que desempenham é de contribuição específica para a qualidade das actividades, não sendo porém de perder de vista o risco de retenção de recursos destinados à acção no terreno.

3. Acompanhamento Global do Programa

O acompanhamento do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular – para além da intervenção pontual das direcções regionais de educação em processos de mediação ou monitorização – é coordenado pela CAP e concretizado de forma sistemática através de visitas de acompanhamento que, como já foi referido na nota metodológica, no 1.º período do actual ano lectivo, compreenderam a observação de actividades de Ensino do Inglês, da Música e da Actividade Física e Desportiva (AFD), aplicação de questionários e a realização de mesas-redondas.

A apresentação dos resultados desse processo de acompanhamento obedece à seguinte organização: caracterização das turmas, perfil dos professores, recursos físicos utilizados, componente pedagógica, articulação curricular e aspectos estruturais de desenvolvimento.

3.1. Caracterização das turmas

Na maioria das visitas de acompanhamento, as turmas de AEC, correspondem às da componente curricular obrigatória. Há, no entanto, situações em que os alunos de duas turmas se juntam para constituírem uma de AEC, embora possam permanecer nas turmas de origem para frequentarem o Apoio ao Estudo. Assim, nas visitas de acompanhamento, foram envolvidas 61 turmas cujos alunos se apresentam assim distribuídos:

Quadro 23 – N.º de alunos por ano de escolaridade abrangidos pelas visitas de acompanhamento

1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
91	166	428	452	1085

No contexto das visitas realizadas (à excepção de um caso), o Apoio ao Estudo é assegurado pelo professor titular da turma. A maioria destes docentes (45) assegura o Apoio ao Estudo apenas aos alunos da turma de que é titular, enquanto que uma docente assegura aquela actividade apenas a alunos de outra(s) turma(s). A distribuição dos alunos que frequentam o Apoio ao Estudo com as professoras titulares de turma envolvidas é a seguinte:

Quadro 24 – N.º de alunos de Apoio ao Estudo abrangidos nas visitas de acompanhamento, por ano de escolaridade

1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
58	167	338	465	961

As restantes áreas de enriquecimento curricular observadas (Inglês, Música e AFD) são frequentadas por alunos com a seguinte distribuição, por ano de escolaridade:

Quadro 25 – N.º de Alunos envolvidos nas visitas de acompanhamento

AEC	ANO DE ESCOLARIDADE				TOTAL
	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	
INGLÊS	38	60	374	419	891
MÚSICA	81	137	237	336	791
AFD	58	83	293	390	824

3.2. Perfil dos professores

No que diz respeito aos **professores titulares de turma**, verifica-se que, das 61 professoras questionadas, a maioria (38) pertence ao Quadro de Escola (QE), situa-se entre os 41 e os 55 anos de idade e os 20 e 35 anos de serviço e apresenta como habilitações literárias a licenciatura ou grau equiparado. A maioria destas docentes já exerceu anteriormente funções docentes/pedagógicas para além de professor titular de turma, sobretudo ao nível dos apoios educativos. A coordenação de estabelecimento e a participação na Assembleia de Escola são as funções mais exercidas no presente ano lectivo. Em anos anteriores foram as de *director de escola* e *coordenador de estabelecimento* e, ainda, a de *coordenador de conselho e docentes*.

Quanto aos **professores das AEC**, no que diz respeito à sua situação profissional, a maioria encontra-se em situação de contrato de prestação de serviços com as entidades promotoras ou entidades parceiras prestadoras de serviços. Ao Quadro de Escola (QE) pertencem apenas 3 docentes e ao Quadro de Zona Pedagógica (QZP), 8 docentes. As suas idades situam-se, predominantemente, entre os 21 e os 30 anos conforme se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 26 – Idades dos Professores das AEC

AEC	Grupo Etário									
	≤ 20	21 - 25	26 - 30	31 - 35	36 - 40	41 - 45	46 - 50	51 - 55	56 ou + anos	Total
INGLÊS 1º e 2º		2	3	2	1	1				9
INGLÊS 3º e 4º		15	16	8	3	1				43
AFD		11	25	8	1			1		46
Ens. Música	1	20	10	5	5	2	1			44
Total	1	48	54	23	10	4	1	1	0	142

A maioria dos docentes do Ensino do Inglês e da AFD apresenta como habilitação a licenciatura e a qualificação para a docência das disciplinas de Inglês e de Educação Física para os 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico e/ou para o ensino secundário: 78% e 82 % para o Inglês e para a AFD, respectivamente. Em relação ao Ensino da Música, embora os professores inquiridos possuam qualificação para garantir a actividade (nomeadamente, por possuírem outras formações complementadas com currículos profissionais relevantes para o Ensino da Música), apenas 41% possui cumulativamente licenciatura e qualificação para leccionar Educação Musical/Música nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. A possibilidade dos professores de educação musical profissionalizados nos Agrupamentos poderem incluir na sua componente lectiva o enriquecimento curricular ajudaria a ultrapassar a dificuldade sentida em muitos lugares de encontrar pessoal com as qualificações e os perfis adequados para a leccionação desta actividade.

Toda a informação disponível aponta no sentido de que, globalmente, os requisitos estipulados na lei para a leccionação de AEC estão a ser cumpridos. Há, no entanto, que melhorar os mecanismos de fiscalização e controlo, desde logo ao nível dos agrupamentos e das entidades promotoras e depois através dos diversos níveis regionais de gestão e acompanhamento, de modo a prevenir situações de desrespeito por esses requisitos.

A maior parte dos docentes possui experiência pedagógica muito diversificada. No caso do Inglês, a maior predominância incide na docência no contexto do Programa de Generalização do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico em 2005/06 e na docência do Inglês nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, fenómeno que nos próximos anos poderá ser extensivo às outras actividades, minorando-se, assim, os problemas subjacentes ao recrutamento de professores qualificados, principalmente a nível pedagógico. Em relação ao Ensino da Música, apenas uma minoria (15) dos inquiridos afirma possuir experiência pedagógica em contexto escolar formal como professores de música nos 2.º e 3.º ciclos (11) ou como coadjuvantes em Expressão e Educação Musical no 1.º ciclo (4). Já em relação à AFD, onde a experiência pedagógica é mais diversificada, a coadjuvação no 1.º ciclo é consideravelmente mais expressiva (20). É também nesta actividade que surgem os únicos casos de experiência como *professor titular de turma* no 1.º ciclo (10).

3.3. Recursos físicos utilizados

No que diz respeito aos recursos utilizados, os professores foram questionados sobre os materiais, equipamentos e espaços utilizados no contexto das suas actividades. Assim, no Apoio ao Estudo, a maioria das 61 docentes inquiridas refere que o recurso mais utilizado é o *livro* (58), seguido dos jogos (43) e das tecnologias de informação e comunicação (42). Também a maioria destes docentes (45) refere partilhar materiais e recursos com outros docentes de Apoio ao Estudo e cerca de metade programa as actividades em conjunto. Quanto aos espaços, constata-se que a sala de aula é o espaço mais utilizado (52), verificando-se ainda que em 12 situações é utilizada a biblioteca e em 9 casos outros espaços como outras salas com fins específicos, o refeitório e ainda outros espaços não escolares. Neste contexto, apenas 15 inquiridos entendem que o espaço atribuído não é adequado ao desenvolvimento da actividade de Apoio ao Estudo, apontando problemas que se prendem com aspectos como a dimensão, a acústica, a partilha do espaço e sobretudo a impossibilidade de diversidade tendo em conta que a actividade decorre no mesmo espaço em que os alunos frequentam as actividades lectivas.

Nas restantes AEC, de uma lista de vários equipamentos, o leitor/gravador de CD é o mais utilizado pelos professores de Inglês (21) e de Música (34) e, ainda, no caso da desta última actividade, os instrumentos musicais. Na AFD o *colchão* é o equipamento mais invocado (18) e as *bolas* e os *arcos* os materiais mais utilizados (35 e 26 respectivamente).

No que concerne ao espaço, na maioria dos casos (70%), as actividades ocorrem em espaços pertencentes aos estabelecimentos de ensino. As actividades de Inglês e de Ensino da Música ocorrem, maioritariamente, na sala de aula (83%), registando-se situações em que essas actividades têm lugar em gabinetes ou salas de atendimento ou de reuniões e na Biblioteca ou Centro de Recursos. Registam-se, ainda, situações em que a AEC ocorrem noutros espaços como o refeitório ou sala polivalente. No que respeita à AFD, as actividades ocorrem, maioritariamente, no recreio ou nos campos de jogos (58%), seguida do ginásio ou sala polivalente (42%). Em relação ao conjunto dos espaços usados nas três áreas, 65% dos inquiridos considera os espaços como sendo adequados às actividades. No que diz respeito, exclusivamente à AFD, 45% professores desta actividade consideram que os espaços usados são inadequados. Esta constatação foi evidenciada no contexto das mesas-redondas, constatando nalguns casos, dificuldades em encontrar condições adequadas para a prática da actividade, apesar das situações em que foram encontradas boas soluções.

Registe-se ainda que em escolas a funcionar em regime duplo, pontualmente, foram encontradas dificuldades em ter condições adequadas também para o Ensino da Música.

Por fim, conclui-se que as soluções encontradas dependem, em grande medida, das dinâmicas que se desenvolvem ao nível da coordenação e cooperação entre os agrupamentos de escolas e das entidades promotoras e/ou parceiras e que a falta de espaços adequados é um assunto recorrente que abrange, também, os espaços destinados às outras actividades quer lectivas quer de apoio à família.

3.4. Componente pedagógica

Na componente pedagógica são considerados aspectos relacionados com o conhecimento e uso das orientações programáticas, as estratégias, as actividades, o uso dos materiais, as experiências de aprendizagem e a avaliação.

No que diz respeito ao **Apoio ao Estudo** foi apenas considerada globalmente a intencionalidade atribuída à ocupação dos alunos nessa actividade. Assim, a maioria das docentes privilegia a “consolidação das aprendizagens pela aplicação de estratégias de estudo” (45). Apenas 15 das inquiridas referem dar prioridade à “realização de trabalhos de casa”.

Nas **restantes AEC**, no que diz respeito às Orientações Programáticas para as três actividades de enriquecimento curricular em observação, publicadas pelo Ministério da Educação e divulgadas no *site* da DGIDC, a esmagadora maioria dos inquiridos (92%) diz conhecer o conteúdo dessas orientações e 82% diz utilizá-las *sempre* ou *frequentemente* na programação das suas actividades. Por seu lado, verifica-se que 41% dos professores inquiridos refere que orienta as suas actividades através duma planificação pré-concebida pela entidade para a qual presta serviço.

No que diz respeito às “experiências de aprendizagem” proporcionadas pelos professores das AEC com vista ao desenvolvimento de competências nas/pelas crianças, os inquiridos atribuíram prioridade às seguintes:

- *jogos de compreensão*, no caso do Inglês;
- *audição de música, exploração sonora e prática vocal*, no caso do Ensino da Música
- *exercícios em grupo*, no caso da AFD.

Quanto às competências a desenvolver, as mais evidenciadas pelos professores de AEC inquiridos foram as seguintes:

- *compreensão oral (ouvir/ver) e Interação (ouvir/falar)*, no Inglês;
- *cantar individualmente ou em grupo, identificação auditiva de algumas características rítmicas e melódicas e exploração e identificação de alguns elementos básicos da música*;
- *cooperação com aplicação de regras e princípios de cordialidade e respeito e nível funcional de capacidades condicionais e coordenativas*, na AFD.

Com vista à concretização das experiências educativas promovidas no contexto das diferentes actividades, os professores recorreram a materiais pedagógicos já existentes ou produzidos pelos

próprios. No que diz respeito a esta última tipologia, os resultados põem em evidência o facto de a maioria dos professores de Inglês (36) admitir produzir materiais específicos para as actividades e destes, mais de metade, faz com que os alunos participem nessa produção. Já no Ensino da Música e da AFD, uma minoria (13 e 5 professores, respectivamente) admite tê-lo feito. Por sua vez, a maioria dos docentes de inglês (os únicos inquiridos sobre o assunto) refere nunca ter recorrido às TIC, no desenvolvimento da actividade.

De referir, ainda, que no decurso das visitas foram identificadas situações em que houve, por parte de diversas entidades promotoras, a preocupação em equipar as escolas com *Kits* de materiais destinados às actividades de enriquecimento curricular.

No que diz respeito ao *registo de sumários*, a maioria dos professores (94%) refere realizar essa tarefa e, no caso do inglês, em cerca de metade dos casos, os alunos também efectuem o registo.

Tratando-se de actividades de carácter facultativo, os resultados do aluno não têm repercussões directas na avaliação das aprendizagens inerentes à componente lectiva obrigatória. No entanto, numa perspectiva formativa, deverá ser desenvolvido um processo de avaliação das competências desenvolvidas pelos alunos, com recurso a instrumentos adequados, permitindo, assim, que os encarregados de educação e os professores titulares de turma tomem conhecimento dessa evolução. Assim, de acordo os dados do quadro seguinte, verifica-se que os professores das AEC, de entre um conjunto de instrumentos possíveis, utilizam maioritariamente e prioritariamente *grelhas de observação*. De notar, ainda, a referência ao considerável uso de portefólios no Inglês.

Quadro 27 – Instrumentos de avaliação usados pelos Professores das AEC

AEC	Grelhas de observação			Listas de verificação			Fichas de auto-avaliação			Portefólios			Outros		
	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r
Inglês	35	13	4	19	24	8	22	23	7	23	17	11	13	10	22
Música	27	14	3	18	17	9	9	22	13	2	22	20	8	13	23
AFD	27	12	7	11	16	19	9	20	17	11			8	10	28

Questionados sobre a divulgação dos resultados da avaliação formativa dos alunos e apesar do reduzido período de tempo decorrido até às visitas de acompanhamento, a maioria dos professores refere ter procedido (ou manifestado intenção de o fazer, no final do período) à divulgação da avaliação, junto dos pais ou encarregados de educação e, principalmente, junto dos professores titulares de turma, em suportes e contextos diversificados, sendo os mais comuns as fichas de registo de avaliação de final do período a fornecer aos pais e encarregados de educação através do Professor Titular de Turma.

¹¹ Os professores de AFD não foram questionados sobre o uso de portefólios, o que não significa que não sejam utilizados nessa actividade e que não se possam constituir como instrumentos adequados para a avaliação dos alunos, neste e noutros níveis de ensino.

Quadro 28 – Divulgação da avaliação dos alunos

AEC	Aos pais/encarregados de educação			Ao(s) Professor(es) titular(es) de turma		
	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r
Inglês	28	17	7	31	15	5
Música	16	24	4	21	18	5
AFD	16	20	10	28	14	4

Ainda no âmbito da componente pedagógica, torna-se pertinente explicitar os resultados da observação directa de actividades realizadas com os alunos, realizadas em conjunto pelo representante do Ministério da Educação e pelas entidades convidadas pela CAP. Este primeiro contacto com a prática pedagógica materializou-se nos processos de interacção professor-aluno e aluno-aluno, nas metodologias e nos recursos utilizados, bem como nas informações que puderam ser recolhidas pelo diálogo com os professores, com os alunos e com outros elementos da comunidade educativa. Daqui resultou um conjunto de impressões (em termos de concordância ou discordância) expostas pelos peritos nas áreas de enriquecimento curricular sobre indicadores de desenvolvimento de competências, de autonomia e de hábitos de trabalho e ainda de motivação dos alunos, que no decurso das visitas puderam ser detectados.

Quadro 29 – Impressões dos peritos sobre as potencialidades da acção pedagógica desenvolvidas nas AEC

O desenvolvimento da actividade revela soluções que conduzam a:	Inglês					Música					AFD				
	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	n.a.	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	n.a.	Concorda totalmente	Concorda	Discorda	Discorda totalmente	n.a.
Desenvolvimento de competências dos alunos	13	26	9	0	6	16	21	9	2	6	12	28	4	0	10
Desenvolvimento de autonomia e hábitos de trabalho	7	31	8	1	6	9	24	10	3	8	8	31	5	0	10
Motivação dos alunos perante o objecto de aprendizagem	11	32	5	0	6	13	23	9	3	6	17	22	3	1	11

Os dados do quadro revelam que as práticas pedagógicas sujeitas a observação mereceram predominantemente e de forma genérica, uma apreciação positiva por parte dos peritos das áreas de actividade observadas.

Os **aspectos mais positivos** assinalados pelos observadores prendem-se maioritariamente com as *metodologias e estratégias* utilizadas pelos professores das AEC e com a *relação pedagógica* estabelecida com os respectivos alunos. A existência e uso de *recursos adequados* foi outro aspecto que mereceu alguma relevância, bem como, ainda que de forma menos relevante, a *motivação e participação* dos alunos e, ainda, *empenho dos professores*. Por seu lado, quanto aos aspectos **negativos**, são evidenciados com maior frequência, para além da *desarticulação curricular*, também, aspectos

metodológicos que se prendem especificamente com a ausência de diversificação e diferenciação de estratégias, uso deficitário da língua (no caso do Inglês) e a *inadequação/ausência dos recursos/materiais*;

3.5. Articulação curricular

Apesar do seu carácter facultativo, as AEC constituem uma componente significativa dos projectos educativo e curricular das escolas e agrupamentos de escolas, as quais deverão contribuir de forma integral para o desenvolvimento de competências essenciais pelos alunos, através de experiências de aprendizagens enriquecedoras. Como tal, a articulação destas actividades com as actividades curriculares de carácter obrigatório torna-se imprescindível quer a um nível *horizontal* (com o professor titular de turma), quer a um nível *vertical* (com os departamentos curriculares dos 2.º e 3.º ciclos).

Assim, no que diz respeito à articulação com o professor titular de turma (PTT), a quadro seguinte mostra a incidência em várias formas de viabilizar essa articulação, enunciadas pelos professores das AEC.

Quadro 30 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os professores titulares de turma

AEC	Partilha de informação sobre os alunos			Reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos			Programação de actividades			Construção de materiais			Construção de Instrumentos de Avaliação			Trabalho conjunto			Outra		
	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r
Inglês 1.º e 2.º	6	3	0	5	4	0	3	6	0	1	8	0	1	8	0	4	5	0	2	4	3
Inglês 3.º e 4.º	33	8	2	14	26	3	15	26	2	2	39	2	5	36	2	2	38	3	5	13	25
Música	34	10	0	17	24	3	20	23	1	6	34	4	6	32	6	11	29	43	2	17	25
AFD	41	5	0	18	27	1	15	27	4	2	40	4	4	39	3	23	20	3	1	10	35

Como se pode depreender da leitura dos dados, verifica-se que, até ao momento em que ocorreram as visitas de acompanhamento, apesar de decorrido um período ainda muito curto de adaptação, a articulação com o professor titular de turma, de acordo com os professores das AEC, consolidou-se sobretudo na *partilha de informação sobre os alunos* sendo esta forma assumida pela maioria dos inquiridos.

Estes dados são confirmados pelos professores titulares de turma inquiridos, de entre os quais, pouco mais de metade admitiu ainda não conhecer as orientações programáticas (inglês, do Ensino da Música e da AFD). Assim, no que diz especificamente respeito à realização de trabalho de programação conjunta, apenas uma minoria (18 a 20), admite ter promovido ou participado nesse tipo de actividade, geralmente numa forma não sistematizada através de *encontros informais* e de *partilha de documentos relacionados com a programação*. É na *partilha de informação sobre os alunos* que os docentes inquiridos (31 a 45) mais investem no que diz respeito à articulação pedagógica com os professores das AEC. Por seu lado é, ainda, uma minoria, o número de docentes que investiu na *reflexão conjunta sobre o desenvolvimento de competências dos alunos* (9 a 16) ou sobre *metodologias e estratégias de ensino aprendizagem* (11 a 15) ou de forma ainda mais acentuada, na *construção de materiais ou de Instrumentos de Avaliação*. A acrescentar a estes aspectos, agravando de certa forma a desarticulação evidenciada, foi identificado, no

contexto das mesas-redondas, algum desconhecimento do que é uma escola do 1º ciclo e do que são os alunos deste nível etário, por parte de alguns professores das actividades de enriquecimento curricular.

No que concerne à articulação *vertical* entre os professores das AEC e os departamentos curriculares que integram, respectivamente, as línguas estrangeiras, a Educação Musical e a Educação Física, nos 2.º e 3.º ciclos, o quadro seguinte apresenta a incidência nas diferentes formas de articulação, de acordo com os testemunhos dos primeiros.

Quadro 31 – Articulação curricular entre os professores das AEC e os Departamentos Curriculares

AEC	Participação em reuniões de trabalho			Reflexão conjunta sobre metodologias e estratégias de ensino aprendizagem			Programação de actividades			Seleção de materiais			Construção de Instrumentos de Avaliação			Outra		
	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r	Sim	Não	n/r
Inglês	15	36	1	11	40	1	12	38	2	6	45	1	7	43	2	2	20	30
Música	10	30	4	7	31	6	6	34	4	6	34	4	1	38	5	0	20	24
AFD	13	31	2	11	32	3	8	35	3	7	35	4	7	34	5	1	16	29

Os dados evidenciam que aquando das visitas de acompanhamento a articulação vertical era ainda muito reduzida, já que a existência do tipo de articulação mais praticada (*participação em reuniões de trabalho*) é admitida apenas por cerca de 28% dos inquiridos, decrescendo nas restantes formas evidenciadas no quadro. São, assim, visíveis dificuldades em efectivar uma articulação vertical, em parte, devido ao facto de os horários dos professores não o permitirem e de, em muitos dos contratos com os professores de enriquecimento curricular, não terem sido previstos tempos destinados à articulação.

Face ao exposto, verifica-se que a escassez de articulação pedagógica e curricular é ainda uma evidência, sendo apontada pelos observadores como um dos aspectos mais negativos no âmbito do desenvolvimento das AEC e encarada como uma preocupação prioritária para a comunidade educativa, de acordo com os resultados das reflexões e debates no âmbito das mesas-redondas.

3.6. Supervisão Pedagógica

De acordo com o constante do ponto 31 do Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série) de 16 de Junho compete ao professor titular de turma zelar pela supervisão pedagógica das actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). O desenvolvimento desta competência passa por diversas formas de articulação curricular com os docentes responsáveis pelas AEC, assunto abordado no ponto anterior, bem como por mecanismos de acompanhamento e monitorização contextualizados localmente e em conformidade com as parcerias estabelecidas. No entanto, tendo em conta o ainda curto período de desenvolvimento do programa, as questões aos professores titulares incidiram sobretudo na preparação do trabalho de supervisão.

Assim, mais de metade dos inquiridos diz ter recebido orientações do Conselho Pedagógico ou Executivo para o exercício de Supervisão das AEC e que o assunto foi discutido em contexto de conselho(s) de docentes, sede na qual foram tomadas decisões concretas que passaram por procedimentos como a realização de reuniões periódicas, sugestões de programação, assistir às sessões de AEC, uniformização

de critérios e optimização de recursos; utilização de instrumentos comuns de avaliação ou pela elaboração de grelhas de observação e de assiduidade dos docentes, supervisão partilhada com o conselho executivo e com o coordenador de 1.º ciclo, ou ainda a nomeação de supervisores por anos de escolaridade. Por seu lado, a maioria dos inquiridos (51) refere ter sido intencionalmente abordado o assunto das AEC em contexto de reunião com os pais e encarregados de educação. É, no entanto, particularmente relevante o facto de 15 dos inquiridos admitirem ter realizado uma reunião com aqueles, exclusivamente sobre as AEC.

Ainda quanto ao envolvimento dos pais e encarregados de educação nas AEC, de acordo os dados recolhidos e sistematizados pela CONFAP no contexto das visitas de acompanhamento realizadas, constata-se algumas fragilidades que importa ter em linha de conta. Assim, verifica-se que, de uma forma geral, o processo de selecção das actividades não contou com a prévia auscultação das Associações de Pais e Encarregados de Educação das escolas/agrupamentos de escolas e que, de acordo com o referido anteriormente, a forma de envolvimento dos pais prevista, na maioria dos casos, reduz-se à simples divulgação de informação e em alguns casos prevê-se a realização de reuniões periódicas de avaliação. Raramente se prevêem mecanismos internos de avaliação que permitam medir o grau de satisfação dos pais e encarregados de educação.

Reconhece-se, no entanto, que nas escolas onde já havia uma prática de gestão que incluía o envolvimento e a co-responsabilização das Associação de Pais e dos pais em geral, a ligação entre os vários intervenientes na implementação das AEC, tem mais consistência sendo notória a integração das dinâmicas no projecto educativo da escola e os benefícios alcançados para as crianças.

Verifica-se, por fim, que aproximadamente metade dos professores titulares de turma inquiridos garante que tem sido realizado acompanhamento das AEC, sobretudo através de reuniões de trabalho e de observações de actividades, mas também são apontadas situações em que foram realizadas entrevistas e aplicados questionários, em particular aos pais e encarregados de educação.

3.7. Aspectos estruturais do desenvolvimento das AEC

Decorrentes sobretudo dos processos de reflexão contextualizados nas visitas de acompanhamento através da realização das mesas-redondas, evidenciam-se alguns aspectos estruturantes que, de certa forma, condicionam o desenvolvimento das AEC, tais como os relacionados com a deslocação de alunos, os horários das actividades, a constituição das turmas, a mobilização de recursos humanos e materiais e ainda a articulação entre parceiros.

No que diz respeito às **deslocações dos alunos**, nos casos em que é necessário usar um meio de transporte para que os alunos possam participar em alguma(s) das actividades de enriquecimento curricular, estas estão planificadas e a sua implementação tem-se revelado adequada. Quando as distâncias são curtas e os alunos se deslocam a pé, os encarregados de educação manifestam algum descontentamento, dando especial ênfase ao facto de os alunos se encontrarem sujeitos às intempéries.

Embora o acompanhamento das deslocações dos alunos tenha exigido algum esforço para encontrar soluções parece que os problemas inicialmente detectados já foram ultrapassados, ainda antes da realização das visitas de acompanhamento.

Quanto aos **horários das actividades**, após uma fase inicial algo complexa e problemática considera-se que se está a tender para uma estabilização dos mesmos, verificando-se que, na maioria dos casos, as actividades de enriquecimento curricular se realizam depois das 15h 30m. Nos casos em que foi necessário flexibilizar os horários seguiram-se os seguintes princípios:

- a actividade curricular obrigatória não é interrompida, devendo as AEC ter lugar no início da manhã ou a seguir ao almoço;
- procurar que a situação anterior ocorra, semanalmente, no menor número de dias possível.

De salientar que nos casos em há uma forte componente de apoio à família (os alunos entram na escola e saem ao fim da tarde) não têm surgido dificuldades.

Na questão da **constituição de turmas** as situações mais complexas derivam da junção dos alunos de diferentes turmas de origem, levantando-se, nalguns casos, problemas de integração dos mesmos. Problemas esses, cuja resolução depende em grande medida da capacidade dos professores para gerirem essas relações de forma adequada, como ocorre em várias situações contextualizadas nas visitas de acompanhamento. Por seu lado, nalguns casos pontuais em que se juntam várias turmas para o enriquecimento curricular, o problema passa pela exiguidade dos espaços disponíveis face ao número de alunos. Também, pela não existência de espaços, foi ainda verificada uma dificuldade acrescida nos casos em que se juntaram alunos de vários anos de escolaridade e de faixas etárias distintas, na mesma turma.

Quanto à **mobilização de recursos humanos**, no que aos professores diz respeito, verificam-se processos de elevada mobilidade decorrentes de mudanças de umas entidades para outras entidades por questões relacionadas com horários, dispersão geográfica, remunerações ou colocação por concurso através das designadas colocações cíclicas.

No que concerne à falta de docentes com qualificação, nomeadamente, para o Ensino da Música, a situação tem vindo, progressivamente, a ser ultrapassada tendo, para tal, sido propostas às entidades promotoras outras actividades de enriquecimentos curricular, para as quais os professores possuam qualificação.

A falta de **pessoal auxiliar** é um problema sentido, e assinalado, pela maioria dos participantes nas mesas-redondas das visitas de acompanhamento. Assim, procurando encontrar soluções para ultrapassar esta situação alguns agrupamentos optaram por fazer uma análise global dos seus recursos e proceder a reajuste na sua gestão e mobilidade. Noutros casos são as entidades parceiras que apoiam os agrupamentos e, de uma forma conjunta, procuram encontrar respostas para ultrapassar o problema.

4. Anexos

Anexo 1 – Distribuição dos Estabelecimentos de Ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação e Actividade

Quadro A 1 – Estabelecimentos com entidade parceira

AEC	Estabelecimentos		
	Total	Com entidade parceira	
		N	%
Inglês no 3.º e 4.º anos	5859	2467	42,1
Música	5067	2441	48,2
AFD	5622	2128	37,9

Quadro A2 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Inglês 3.º e 4.º anos

DRE	Total	Com entidade parceira	
		N	%
DREN	2268	588	25,9
DREC	1634	717	43,9
DREL	1397	1016	72,7
DREA	385	95	24,7
DREAlg	175	51	29,1
Total	5859	2467	42,1

Fonte: GIASE, 2007

Quadro A3 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Inglês 3.º e 4.º anos

DRE	Instituto de Línguas	Empresa	Instituição de Educação e Formação	IPSS	Associação cultural, recreativa ou humanitária	Associação de Pais	Outro
DREN	61,1%	0,7%	24,4%	6,5%	3,2%	0,2%	3,7%
DREC	43,4%	9,4%	19,3%	12,6%	11,4%	0,4%	3,4%
DREL	51,4%	20,6%	2,9%	4,5%	2,0%	9,9%	8,7%
DREA	40,3%	22,2%	4,2%	0,0%	13,9%	6,9%	12,5%
DREAlg	97,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%
Total	51,1%	13,0%	12,1%	7,2%	5,6%	4,9%	6,1%

Fonte: GIASE, 2007

Quadro A4 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Ensino da Música

DRE	Total	Com entidade parceira	
		N	%
DREN	1863	649	34,8
DREC	1505	654	43,5
DREL	1257	931	74,1
DREA	309	148	47,9
DREAlg	133	59	44,4
Total	5067	2441	48,2

Fonte: GIASE, 2007

Quadro A5 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Ensino da Música

DRE	Escola de Música	Empresa	Associação cultural, recreativa ou humanitária	Instituição de Educação e Formação	IPSS	Associação de Pais	Outro
DREN	67,2%	17,2%	5,2%	3,6%	4,8%	0,0%	2,1%
DREC	22,4%	12,5%	17,5%	23,1%	15,3%	0,5%	8,6%
DREL	51,8%	15,4%	11,9%	5,3%	3,1%	7,8%	4,7%
DREA	60,5%	14,9%	20,2%	0,0%	0,0%	4,4%	0,0%
DREAlg	79,5%	15,9%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	48,3%	15,0%	12,1%	9,5%	6,7%	3,5%	4,8%

Fonte: GIASE, 2007

Quadro A6 – Estabelecimentos com entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Actividade Física e Desportiva

DRE	Total	Com entidade parceira	
		N	%
DREN	2208	542	24,5
DREC	1627	567	34,8
DREL	1269	876	69,0
DREA	353	97	27,5
DREAlg	165	46	27,9
Total	5622	2128	37,9

Fonte: GIASE, 2007

Quadro A7 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino, segundo o tipo de entidade parceira, por Direcção Regional de Educação – Actividade Física e Desportiva

DRE	Associação Desportiva	Empresa	Associação cultural, recreativa ou humanitária	IPSS	Instituição de Educação e Formação	Associação de Pais	Outro
DREN	41,6%	24,1%	10,5%	7,8%	5,1%	0,0%	10,8%
DREC	26,3%	8,4%	15,8%	24,2%	13,0%	0,9%	11,4%
DREL	35,3%	23,1%	13,3%	3,9%	3,6%	10,2%	10,6%
DREA	59,2%	19,7%	15,8%	0,0%	0,0%	5,3%	0,0%
DREAlg	75,9%	24,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	36,0%	19,3%	13,3%	9,8%	6,2%	5,3%	10,2%

Fonte: GIASE, 2007

Anexo 2 – Entidades Promotoras das AEC



AEC_Promotoras 28
-02-07.xls

Anexo 3 – Entidades Parceiras das AEC



AEC_Parceiras
22-02-07.xls